

DECISÃO DE RECURSO

Processo Eleitoral COMPAM nº 01/2023

Setor: Entidade representativa setor sociedade civil

Recorrente: ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (ADUFPEL)

A Comissão Eleitoral instituída para o mandato 2023/2025, responsável pela condução do Edital em epígrafe, aprovado em Plenária de Abril de 2023, conforme Ata de reunião consolidada, tendo em vista o RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela ADUFPEL, vem se pronunciar nos seguintes termos:

I – DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

Trata-se de resposta ao Recurso apresentado pela ADUFPEL, inconformada com o julgamento das homologações das candidaturas a composição do COMPAM para o biênio 2023/2025, cujo objeto visa reformar a decisão da Comissão Eleitoral que não homologou a candidatura da Recorrente.

Em relação aos pressupostos de admissibilidades, verifica-se que foram preenchidos os requisitos de representatividade e de tempestividade, já que interposto dentro do prazo legal.

II – DAS RAZÕES DO RECURSO

A Recorrente, insurge-se contra a decisão que não homologou sua candidatura pleiteando preencher assento do COMPAM para o biênio 2023/2025, alegando em síntese, que teve sua inscrição indeferida por não atender aos requisitos legais estabelecidos Edital e que a falta do documento não juntado, seria de responsabilidade do COMPAM já que seria do mesmo, o controle, a guarda a emissão e o fornecimento do CAIAPAM. Alegou que apresentou em 2021 toda a documentação para ter o efetivo cadastro e que até a presente data não obteve resposta mas que, obteve em certidão da SQA anexada aos autos, informação de que, teve sua inscrição em 2021 indeferida mas que em sede recursal no mesmo ano (2021), teve seus argumentos acatados pela Plenária do COMPAM e portanto, sua inscrição no CAIAPAM deferida o que lhe conferiu direito ao assento ocupado atualmente. Requereu que os membros da Comissão Eleitoral reconsiderassem a decisão atacada, para que fosse deferida a sua participação no Conselho Municipal de Proteção Ambiental.

III – DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1 – Dos fundamentos da decisão: descumprimento do item 1.3 do Edital 01/2023

Para que a candidatura de entidades representativas do setor público fossem homologadas, se fazia necessário o atendimento no prazo editalício e na íntegra, do item 1 do Edital 01/2023, que é composto dos subitens 1.1, 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5 , conforme colaciona-se a seguir:

(...)

1 – As entidades representativas da sociedade civil organizada, interessadas em compor o COMPAM, para o mandato relativo ao biênio 2023/2025, deverão através do meio eletrônico eleicoes.compam.pel@gmail.com:

1.1 – Encaminhar documento assinado pelo seu responsável legal à Comissão Eleitoral do COMPAM, manifestando oficialmente o interesse em participar do mandato relativo ao período supracitado, indicando os nomes dos representantes, titular e suplente, da entidade;

1.2 – Apresentar cópia da ata da eleição da atual diretoria, das 2 (duas) últimas atas de reuniões de trabalho da entidade e do relatório anual de atividades relativo ao último exercício (2022);

1.3 Apresentar comprovante atualizado de inscrição junto ao Cadastro Municipal de Instrumento e Atividades de Proteção Ambiental – CAIAPAM ou no Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas – CNEA.

1.4 As orientações para obtenção do cadastro no CAIAPAM ou atualização deste, estão disponíveis em <https://www.pelotas.com.br/servicos/meio-ambiente/compam/CAIAPAM>.

**1.5 Somente serão aceitas para fins de cumprimento do item 1.3, aquelas entidades devidamente cadastradas até 25 de abril de 2023.
(...) grifo nosso**

A referida entidade deixou de apresentar o subitem 1.3 no prazo exposto no Edital e se insurge em sede recursal para alegar que estava sem resposta acerca de sua inscrição no CAIAPAM mas obteve a informação oficialmente recebida da Secretaria de Qualidade Ambiental datada de 16/05/2023 anexada aos autos, que sua inscrição teria sido aceita pela Plenária do COMPAM em 2021, revertendo o indeferimento, o que lhe deu direito de assumir a cadeira na eleição passada e defende ser responsabilidade do COMPAM a inscrição, guarda, controle e fornecimento da inscrição, pleiteando pela dispensa do comprovante a ser anexado, firme no informe recebido da SQA.

Ocorre que a Resolução nº 010/03 do COMPAM, que estabelece procedimentos para o funcionamento do CAIAPAM, em seu art.6º dita que o cadastramento, após ser homologado pelo COMPAM se dará mediante Resolução e no art.7º que os pedidos indeferidos podem submeter recurso ao COMPAM, senão vejamos:

Art. 6º - Os pedidos de cadastramento deverão ser julgados pelo órgão ambiental do Município, e homologados pelo COMPAM mediante Resolução própria.

Parágrafo único – As pessoas físicas ou jurídicas que não mantiverem atualizadas as suas informações cadastrais poderão ser descadastradas pelo órgão ambiental do Município, em decisão devidamente fundamentada, sujeita à prévia homologação do COMPAM, por meio de Resolução própria.

Art. 7º - Aqueles que tiverem o pedido de cadastramento indeferido pelo órgão ambiental do Município poderão recorrer ao COMPAM no prazo máximo de 15 dias após a ciência da decisão.

Resta observar que os pedidos de Cadastro no CAIAPAM precisam ser homologados pelo COMPAM, após decisão administrativa do órgão ambiental do Município mediante Resolução própria. Por conseguinte, os pedidos em sede de recurso deferidos pelo COMPAM também precisam ser homologados em Resolução própria daquele colegiado, o que não ocorreu no caso vertente.

Em busca realizada não foi encontrada nenhuma Resolução que contivesse o nome da Recorrente publicizado, e por isso, não cumpre o rito estabelecido na citada Resolução acima colacionado.

Destacamos que o art. 10 da Resolução 010/03 do COMPAM é claro em estabelecer que o órgão ambiental é quem manterá os dados do cadastro e suas documentações em seu poder e não o COMPAM, mas a homologação dos cadastros se dão mediante Resolução do COMPAM, item indispensável para efetivação do mesmo.

(...)

Art. 10º - O órgão ambiental do Município deverá manter arquivo próprio com a documentação das pessoas físicas ou jurídicas cadastradas no CAIAPAM. (...) grifo nosso

A Recorrente é membro atuante e atual do colegiado (COMPAM) e por 2 (dois) anos em que exerceu o mandato acompanhou as atividades do colegiado e não cobrou a efetividade do seu cadastro no CAIAPAM concedido em sede recursal mediante uma expedição de Resolução própria, medida adequada a dar efetividade ao ocorrido e em

decorrência, resta a concluir que sua inscrição se deu de forma precária e fora dos ditames legais, valendo apenas para aquele ato e mandato.

O dever de juntar os documentos contidos no Edital é do concorrente/pleiteante e em sendo assim, poderia ter juntado, em substituição da falta do Resolução que efetivasse o cadastro no CAIAPAM, o que não fez mesmo tendo 2 (dois) anos para tal. Portanto, deixou de atender o que preceitua o Edital 01/2023.

Entretanto, trouxe uma justificativa documental emitida pela SQA a qual traz a informação de que houve reversão do indeferimento do pedido do CAIAPAM pela Plenária do COMPAM e que não houve nenhuma Resolução publicada homologando o julgamento desta Plenária, apenas Resolução anterior ao julgamento bem como também não anexou Ata de Reunião. Entendemos assim, que a inscrição se deu de forma precária e fora dos ditames legais, valendo apenas para aquele ato e mandato.

Importa dizer que o Edital é o um ato escrito em que são apresentadas determinações, avisos, citações e demais comunicados de ordem oficial assim como processo eleitoral para composição de Conselhos e concursos públicos.

O Edital é documento vinculante do presente processo eleitoral e portanto, vincula a Comissão Eleitoral e os candidatos às suas cláusulas.

Sendo assim, tendo em vista o Princípio da Vinculação ao Edital, o não atendimento de requisito formal ou não preenchimento das exigências previstas no Edital pela Recorrente, impede que esta Comissão Eleitoral se afaste das normas ali estabelecidas no instrumento convocatório para homologar e classificar como apta a Recorrente em participar do COMPAM.

Portanto, a alegação do Recorrente em face da documentação que deixou de apresentar neste momento de sede recursal não merece prosperar visto que esta não atendeu tempestivamente ao exigido no Edital.

Por conseguinte, não assiste razão a Recorrente em suas alegações.

III – DA DECISÃO

Pelas razões acima expostas, a Comissão Eleitoral instituída, de forma unânime por voto de todos os membros que a compõe, assim DECIDE:

NÃO CONHECER o Recurso interposto tempestivamente pela ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS não concedendo-lhe provimento e portanto, resta mantido o INDEFERIMENTO/NÃO HOMOLOGAÇÃO de sua inscrição para compor o COMPAM no biênio 2023/2025, por esta Comissão Eleitoral.

Desta decisão, caberá recurso a Plenária do COMPAM no prazo estabelecido no Edital 01/2023.

Pelotas/RS, 22 de maio de 2023.

Lilian Brusamarello

Comissão Eleitoral COMPAM 2023/2025

Componentes: OAB/SMHRF/ACP/AEAP

DECISÃO DE RECURSO

Processo Eleitoral COMPAM nº 01/2023

Setor: Entidade representativa setor sociedade civil

Recorrente: ASSOCIAÇÃO PARQUE UNA

A Comissão Eleitoral instituída para o mandato 2023/2025, responsável pela condução do Edital em epígrafe, aprovado em Plenária de Abril de 2023, conforme Ata de reunião consolidada, tendo em vista o RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela ASSOCIAÇÃO PARQUE UNA, vem se pronunciar nos seguintes termos:

I – DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

Trata-se de resposta ao Recurso apresentado pela ASSOCIAÇÃO PARQUE UNA, inconformada com o julgamento das homologações das candidaturas a composição do COMPAM para o biênio 2023/2025, cujo objeto visa reformar a decisão da Comissão Eleitoral que não homologou a candidatura da Recorrente.

Em relação aos pressupostos de admissibilidades, verifica-se que foram preenchidos os requisitos de representatividade e de tempestividade, já que interposto dentro do prazo legal.

II – DAS RAZÕES DO RECURSO

Que a Recorrente, insurge-se contra a decisão que não homologou sua candidatura pleiteando preencher assento do COMPAM para o biênio 2023/2025, alegando em síntese, que teve seu pedido de inscrição do CAIAPAM realizado em 07/05/2021 anexando protocolo de solicitação e que desconhece o motivo pelo qual sua entidade não está inscrita na lista de entidades cadastradas. Requereu que os membros da Comissão Eleitoral reconsiderassem a decisão atacada, para que fosse deferida a sua participação no Conselho Municipal de Proteção Ambiental.

III – DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1 – Dos fundamentos da decisão: descumprimento do item 1.3 do Edital 01/2023

Para que a candidatura de entidades representativas do setor público fossem homologadas, se fazia necessário o atendimento no prazo editalício e na íntegra, do item 1 do Edital 01/2023, que é composto dos subitens 1.1, 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5, conforme colaciona-se a seguir:

(...)

1 – As entidades representativas da sociedade civil organizada, interessadas em compor o COMPAM, para o mandato relativo ao biênio 2023/2025, deverão através do meio eletrônico eleicoes.compam.pel@gmail.com:

1.1 – Encaminhar documento assinado pelo seu responsável legal à Comissão Eleitoral do COMPAM, manifestando oficialmente o interesse em participar do mandato relativo ao período supracitado, indicando os nomes dos representantes, titular e suplente, da entidade;

1.2 – Apresentar cópia da ata da eleição da atual diretoria, das 2 (duas) últimas atas de reuniões de trabalho da entidade e do relatório anual de atividades relativo ao último exercício (2022);

1.3 Apresentar comprovante atualizado de inscrição junto ao Cadastro Municipal de Instrumento e Atividades de Proteção Ambiental – CAIAPAM ou no Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas – CNEA.

1.4 As orientações para obtenção do cadastro no CAIAPAM ou atualização deste, estão disponíveis em <https://www.pelotas.com.br/servicos/meio-ambiente/compam/CAIAPAM>.

**1.5 Somente serão aceitas para fins de cumprimento do item 1.3, aquelas entidades devidamente cadastradas até 25 de abril de 2023.
(...) grifo nosso**

A referida entidade deixou de apresentar o subitem 1.3 no prazo exposto no Edital e se insurge em sede recursal para alegar que desconhece o motivo pelo qual sua instituição não está inscrita no CAIAPAM e juntou cópia de protocolo realizado em 2021 pleiteando a inscrição no CAIAPAM.

Em busca realizada por esta Comissão Eleitoral, a instituição recorrente teve seu pedido indeferido por não atender aos requisitos legais estabelecidos na Resolução COMPAM 010/03 mas que, em sede recursal no ano de 2021, teve seus argumentos acatados pelas Plenária do COMPAM e portanto, sua inscrição no CAIAPAM deferida o que lhe conferiu direito ao assento ocupado atualmente.

Como foi aceita a inscrição pela Plenária do COMPAM, defende pela dispensa do comprovante a ser anexado.

Ocorre que a Resolução nº 010/03 do COMPAM, que estabelece procedimentos para o funcionamento do CAIAPAM, em seu art.6º dita que o cadastramento, após ser homologado pelo COMPAM se dará mediante Resolução e no art.7º, que aqueles pedidos indeferidos podem submeter recurso ao COMPAM, senão vejamos:

Art. 6º - Os pedidos de cadastramento deverão ser julgados pelo órgão ambiental do Município, e homologados pelo COMPAM mediante Resolução própria.

Parágrafo único – As pessoas físicas ou jurídicas que não mantiverem atualizadas as suas informações cadastrais poderão ser descadastradas pelo órgão ambiental do Município, em decisão devidamente fundamentada, sujeita à prévia homologação do COMPAM, por meio de Resolução própria.

Art. 7º - Aqueles que tiverem o pedido de cadastramento indeferido pelo órgão ambiental do Município poderão recorrer ao COMPAM no prazo máximo de 15 dias após a ciência da decisão.

Resta observar que os pedidos de Cadastro no CAIAPAM precisam ser homologados pelo COMPAM, após decisão administrativa do órgão ambiental do Município mediante Resolução própria. Por conseguinte, os pedidos em sede de recurso deferidos pelo COMPAM também precisam ser homologados em Resolução própria daquele colegiado, o que não ocorreu no caso vertente.

Em busca realizada não foi encontrada nenhuma Resolução que contivesse o nome da Recorrente publicizado, o que não cumpre o rito estabelecido na citada Resolução acima colacionado.

A Recorrente é membro atuante e atual do colegiado (COMPAM) e por 2 (dois) anos em que exerceu o mandato acompanhou as atividades do colegiado e não cobrou a efetividade do seu cadastro no CAIAPAM concedido em sede recursal mediante uma expedição de Resolução própria, medida adequada a dar efetividade ao ocorrido e em decorrência, resta a concluir que sua inscrição se deu de forma precária e fora dos ditames legais, valendo apenas para aquele ato e mandato.

O dever de juntar os documentos contidos no Edital é do concorrente/pleiteante e em sendo assim, poderia ter juntado, em substituição da falta do Resolução que efetivasse o cadastro no CAIAPAM, uma certidão/declaração expedida pelo órgão colegiado do ocorrido, o que não fez, mesmo tendo 2 (dois) anos para tal. Portanto, deixou de atender o que preceitua o Edital 01/2023 ou de trazer uma justificativa documentalmente comprovada.

Importa dizer que o Edital é o um ato escrito em que são apresentadas determinações, avisos, citações e demais comunicados de ordem oficial assim como processo eleitoral para composição de Conselhos e concursos públicos.

O Edital é documento vinculante do presente processo eleitoral e portanto, vincula a Comissão Eleitoral e os candidatos às suas cláusulas.

Sendo assim, tendo em vista o Princípio da Vinculação ao Edital, o não atendimento de requisito formal ou não preenchimento das exigências previstas no Edital pela Recorrente, impede que esta Comissão Eleitoral se afaste das normas ali estabelecidas

no instrumento convocatório para homologar e classificar como apta a Recorrente em participar do COMPAM.

Portanto, a alegação do Recorrente em face da documentação que deixou de apresentar neste momento de sede recursal não merece prosperar visto que esta não atendeu tempestivamente ao exigido no Edital.

Por conseguinte, não assiste razão a Recorrente em suas alegações.

III – DA DECISÃO

Pelas razões acima expostas, a Comissão Eleitoral instituída, de forma unânime por voto de todos os membros que a compõe, assim DECIDE:

NÃO CONHECER o Recurso interposto tempestivamente pela ASSOCIAÇÃO PARQUE UNA não concedendo-lhe provimento e portanto, resta mantido o INDEFERIMENTO/NÃO HOMOLOGAÇÃO de sua inscrição para compor o COMPAM no biênio 2023/2025, por esta Comissão Eleitoral.

Desta decisão, caberá recurso a Plenária do COMPAM no prazo estabelecido no Edital 01/2023.

Pelotas/RS, 22 de maio de 2023.

Lilian Brusamarello

Comissão Eleitoral COMPAM 2023/2025

Componentes: OAB/SMHRF/ACP/AEAP

DECISÃO DE RECURSO

Processo Eleitoral COMPAM nº 01/2023

Setor: Entidade representativa setor sociedade civil

Recorrente: REDE DE SUPRIMENTOS DA REGIÃO SUL (Rede Suprimentos)

A Comissão Eleitoral instituída para o mandato 2023/2025, responsável pela condução do Edital em epígrafe, aprovado em Plenária de Abril de 2023, conforme Ata de reunião consolidada, tendo em vista o RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela REDE SUPRIMENTOS DA REGIÃO SUL, vem se pronunciar nos seguintes termos:

I – DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

Trata-se de resposta ao Recurso apresentado pela REDE DE SUPRIMENTOS DO SUL, inconformada com o julgamento das homologações das candidaturas a composição do COMPAM para o biênio 2023/2025, cujo objeto visa reformar a decisão da Comissão Eleitoral que não homologou a candidatura da Recorrente.

Em relação aos pressupostos de admissibilidades, verifica-se que foram preenchidos os requisitos de representatividade e de tempestividade, já que interposto dentro do prazo legal.

II – DAS RAZÕES DO RECURSO

A Recorrente insurge-se contra a decisão que não homologou sua candidatura pleiteando preencher assento do COMPAM para o biênio 2023/2025, alegando em síntese, que teve sua inscrição do CAIAPAM indeferida por não atender aos requisitos legais estabelecidos na Resolução COMPAM 010/03 mas que, em sede recursal no ano de 2021 teve seus argumentos, diante de sustentação oral, acatados pelas Plenária do COMPAM e portanto, sua inscrição no CAIAPAM deferida o que lhe conferiu direito ao assento ocupado atualmente. Requereu que os membros da Comissão Eleitoral reconsiderassem a decisão atacada, para que fosse deferida a sua participação no Conselho Municipal de Proteção Ambiental.

III – DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1 – Dos fundamentos da decisão: descumprimento do item 1.3 do Edital 01/2023

Para que a candidatura de entidades representativas do setor de organizações da sociedade civil fossem homologadas, se fazia necessário o atendimento no prazo editalício e na íntegra, do item 1 do Edital 01/2023 que é composto dos subitens 1.1, 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5 , conforme colaciona-se a seguir:

(...)

1 – As entidades representativas da sociedade civil organizada, interessadas em compor o COMPAM, para o mandato relativo ao biênio 2023/2025, deverão através do meio eletrônico eleicoes.compam.pel@gmail.com:

1.1 – Encaminhar documento assinado pelo seu responsável legal à Comissão Eleitoral do COMPAM, manifestando oficialmente o interesse em participar do mandato relativo ao período supracitado, indicando os nomes dos representantes, titular e suplente, da entidade;

1.2 – Apresentar cópia da ata da eleição da atual diretoria, das 2 (duas) últimas atas de reuniões de trabalho da entidade e do relatório anual de atividades relativo ao último exercício (2022);

1.3 Apresentar comprovante atualizado de inscrição junto ao Cadastro Municipal de Instrumento e Atividades de Proteção Ambiental – CAIAPAM ou no Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas – CNEA.

1.4 As orientações para obtenção do cadastro no CAIAPAM ou atualização deste, estão disponíveis em <https://www.pelotas.com.br/servicos/meio-ambiente/compam/CAIAPAM>.

**1.5 Somente serão aceitas para fins de cumprimento do item 1.3, aquelas entidades devidamente cadastradas até 25 de abril de 2023.
(...) grifo nosso**

A referida entidade deixou de apresentar o subitem 1.3 no prazo exposto no Edital e se insurge em sede recursal para alegar que como foi aceita a inscrição pela Plenária do COMPAM o que deu direito de assumir a cadeira na eleição passada, defende pela dispensa do comprovante a ser anexado.

Ocorre que a Resolução nº 010/03 do COMPAM, que estabelece procedimentos para o funcionamento do CAIAPAM, em seu art.6º dita que o cadastramento, após ser homologado pelo COMPAM se dará mediante Resolução e no art.7º, que aqueles pedidos indeferidos podem submeter recurso ao COMPAM, senão vejamos:

Art. 6º - Os pedidos de cadastramento deverão ser julgados pelo órgão ambiental do Município, e homologados pelo COMPAM mediante Resolução própria.

Parágrafo único – As pessoas físicas ou jurídicas que não mantiverem atualizadas as suas informações cadastrais poderão ser descadastradas pelo órgão ambiental do Município, em decisão devidamente fundamentada, sujeita à prévia homologação do COMPAM, por meio de Resolução própria.

Art. 7º - Aqueles que tiverem o pedido de cadastramento indeferido pelo órgão ambiental do Município poderão recorrer ao COMPAM no prazo máximo de 15 dias após a ciência da decisão.

Resta observar que os pedidos de Cadastro no CAIAPAM precisam ser homologados pelo COMPAM, após decisão administrativa do órgão ambiental do Município, mediante Resolução própria. Por conseguinte, os pedidos em sede de recurso deferidos pelo COMPAM também precisam ser homologados em Resolução própria daquele colegiado, o que não ocorreu no caso vertente.

Em busca realizada por esta Comissão não foi encontrada nenhuma Resolução que contivesse o nome da Recorrente publicizado, o que não cumpre o rito estabelecido na citada Resolução acima colacionada, qual seja, Resolução 010/03.

A Recorrente é membro atuante e atual do colegiado (COMPAM) e por 2 (dois) anos em que exerceu o mandato acompanhou as atividades do colegiado e não cobrou a efetividade do seu cadastro no CAIAPAM concedido em sede recursal mediante uma expedição de Resolução própria, medida adequada a dar efetividade ao ocorrido e em decorrência, resta a concluir que sua inscrição se deu de forma precária e fora dos ditames legais, valendo apenas para aquele ato e mandato.

O dever de juntar os documentos contidos no Edital é do concorrente/pleiteante e em sendo assim, poderia ter juntado, em substituição da falta do Resolução que efetivasse o cadastro no CAIAPAM, uma certidão/declaração expedida pelo órgão colegiado do ocorrido, o que não fez, mesmo tendo 2 (dois) anos para tal. Portanto, deixou de atender o que preceitua o Edital 01/2023 ou de trazer uma justificativa documentalmente comprovada.

Importa dizer que o Edital é o um ato escrito em que são apresentadas determinações, avisos, citações e demais comunicados de ordem oficial assim como processo eleitoral para composição de Conselhos e concursos públicos.

O Edital é documento vinculante do presente processo eleitoral e portanto, vincula a Comissão Eleitoral e os candidatos às suas cláusulas.

Sendo assim, tendo em vista o Princípio da Vinculação ao Edital, o não atendimento de requisito formal ou não preenchimento das exigências previstas no Edital pela Recorrente, impede que esta Comissão Eleitoral se afaste das normas ali estabelecidas no instrumento convocatório para homologar e classificar como apta a Recorrente em participar do COMPAM.

Portanto, a alegação do Recorrente em face da documentação que deixou de apresentar neste momento de sede recursal não merece prosperar visto que esta não atendeu tempestivamente ao exigido no Edital.

Por conseguinte, não assiste razão a Recorrente em suas alegações.

III – DA DECISÃO

Pelas razões acima expostas, a Comissão Eleitoral instituída, de forma unânime por voto de todos os membros que a compõe, assim DECIDE:

NÃO CONHECER o Recurso interposto tempestivamente pela REDE SUPRIMENTOS DO SUL não concedendo-lhe provimento e portanto, resta mantido o INDEFERIMENTO/NÃO HOMOLOGAÇÃO de sua inscrição para compor o COMPAM no biênio 2023/2025, por esta Comissão Eleitoral.

Desta decisão, caberá recurso a Plenária do COMPAM no prazo estabelecido no Edital 01/2023.

Pelotas/RS, 22 de maio de 2023.

Lilian Brusamarello

Comissão Eleitoral COMPAM 2023/2025

Componentes: OAB/SMHRF/ACP/AEAP

DECISÃO DE RECURSO

Processo Eleitoral COMPAM nº 01/2023

Setor: Entidade representativa setor público

Recorrente: SANEP (Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas)

A Comissão Eleitoral instituída para o mandato 2023/2025, responsável pela condução do Edital em epígrafe, aprovado em Plenária de Abril de 2023, conforme Ata de reunião consolidada, tendo em vista o RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pelo SANEP, vem se pronunciar nos seguintes termos:

I – DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

Trata-se de resposta ao Recurso apresentado pela SANEP, inconformada com o julgamento das homologações das candidaturas a composição do COMPAM para o biênio 2023/2025, cujo objeto visa reformar a decisão da Comissão Eleitoral que não homologou a candidatura da Recorrente.

Em relação aos pressupostos de admissibilidades, verifica-se que foram preenchidos os requisitos de representatividade e de tempestividade, já que interposto dentro do prazo legal.

II – DAS RAZÕES DO RECURSO

Que a Recorrente, insurge-se contra a decisão que não homologou sua candidatura pleiteando preencher assento do COMPAM para o biênio 2023/2025, alegando em síntese, que o SANEP participa deste Conselho ativamente há vários biênios com uma representação extremamente atuante e que a Diretora Presidente, Sra. Michele Alsina, é a mesma responsável nesta gestão e na anterior, pela indicação dos membros representantes bem como que, por um lapso, no momento do envio, não foi anexado o Termo de Posse da Diretora Presidente, subitem 2.2 do Edital 01/2023, tendo sido encaminhando somente o ofício com as indicações. Requereu que os membros da Comissão Eleitoral reconsiderassem a decisão atacada, para que fosse deferida a sua participação no Conselho Municipal de Proteção Ambiental, visto ser um órgão de grande importância para a sociedade pelotense e, especialmente, para aquela Autarquia.

III – DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1 – Dos fundamentos da decisão: descumprimento do item 2.2 do Edital 01/2023

Para que a candidatura de entidades representativas do setor público fossem homologadas, se fazia necessário o atendimento no prazo editalício e na íntegra, do item 2 do Edital 01/2023, que é composto dos subitens 2.1 e 2.2, conforme colaciona-se a seguir:

(...)

2 – As entidades representativas do poder público, interessadas em compor o COMPAM, para o mandato relativo ao biênio 2023/2025, deverão:

2.1 Encaminhar por meio eletrônico documento assinado pelo seu responsável legal à Comissão Eleitoral do COMPAM, manifestando oficialmente o interesse em participar do mandato relativo ao período supracitado e já indicando os nomes dos representantes, titular e suplente, da apontada entidade.

2.2 Apresentar também a documentação comprobatória do responsável legal que assina pela entidade, tais como: portaria ou decreto de nomeação ou documento similar. (...) grifo nosso

A referida entidade apenas atendeu o subitem 2.1 no prazo exposto no Edital e se insurge em sede recursal para anexar o documento faltante, disposto no subitem 2.2, sob a alegação de que por um lapso, deixou de observar o mencionado item.

Notória a participação pregressa do SANEP neste Conselho e que seria de grande valia a continuidade dessa colaboração para a comunidade pelotense.

Todavia, importa dizer que o Edital é um ato escrito em que são apresentadas determinações, avisos, citações e demais comunicados de ordem oficial assim como processo eleitoral para composição de Conselhos e concursos públicos.

O Edital é o documento vinculante do presente processo eleitoral e portanto, vincula a Comissão Eleitoral e os candidatos às suas cláusulas.

Sendo assim, tendo em vista o Princípio da Vinculação ao Edital, o não atendimento de requisito formal ou não preenchimento das exigências previstas no Edital pela Recorrente, impede que esta Comissão Eleitoral se afaste das normas ali estabelecidas no instrumento convocatório para homologar e classificar como apta a Recorrente em participar do COMPAM.

Portanto, a alegação do Recorrente em face da documentação que deixou de apresentar e apresentando neste momento de sede recursal não merece prosperar visto que esta não atendeu tempestivamente ao exigido no Edital.

Por conseguinte, não assiste razão a Recorrente em suas alegações.

III – DA DECISÃO

Pelas razões acima expostas, a Comissão Eleitoral instituída, de forma unânime por voto de todos os membros que a compõe, assim DECIDE:

NÃO CONHECER o Recurso interposto tempestivamente pelo SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE PELOTAS - SANEP não concedendo-lhe provimento e portanto, resta mantido o INDEFERIMENTO/NÃO HOMOLOGAÇÃO de sua inscrição para compor o COMPAM no biênio 2023/2025, por esta Comissão Eleitoral.

Desta decisão, caberá recurso a Plenária do COMPAM no prazo estabelecido no Edital 01/2023.

Pelotas/RS, 22 de maio de 2023.

Lilian Brusamarello

Comissão Eleitoral COMPAM 2023/2025

Componentes: OAB/SMHRF/ACP/AEAP

DECISÃO DE RECURSO

Processo Eleitoral COMPAM nº 01/2023

Setor: Entidade representativa setor público

Recorrente: SDETI (Secretaria de Desenvolvimento, Turismo e Inovação)

A Comissão Eleitoral instituída para o mandato 2023/2025, responsável pela condução do Edital em epígrafe, aprovado em Plenária de Abril de 2023, conforme Ata de reunião consolidada, tendo em vista o RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela SDETI, vem se pronunciar nos seguintes termos:

I – DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

Trata-se de resposta ao Recurso apresentado pela SDETI, inconformada com o julgamento das homologações das candidaturas a composição do COMPAM para o biênio 2023/2025, cujo objeto visa reformar a decisão da Comissão Eleitoral que não homologou a candidatura da Recorrente.

Em relação aos pressupostos de admissibilidades, verifica-se que foram preenchidos os requisitos de representatividade, já que interposto dentro do prazo legal porém intempestivo e atípico eis que não é vinculado a qualquer decisão anterior.

Entretanto, apesar de não ser recebido o presente recurso por não preencher os requisitos necessários, esta Comissão adotou a posição de responder todos os aspectos questionados por seus Recorrentes, no intuito de esclarecer e dar transparência aos seus atos.

II – DAS RAZÕES DO RECURSO

A Recorrente, insurge-se alegando que seu Chefe de Gabinete da SDETI precisou se ausentar da secretaria em função do gozo de férias, o que acarretou no acúmulo de um número considerável de e-mails não lidos em sua caixa de entrada.

Salienta que em função do alto volume de demandas daquela secretaria, a servidora que ficou responsável por fazer o acompanhamento de nossa caixa de entrada, não deu vencimento na tarefa e portanto, no dia 11/05/2023, início do prazo recursal, enviou documento com intuito de inscrição da entidade, contendo indicação do titular e suplente para compor o COMPAM, atendendo o item 2.1 do Edital 01/2023. Requereu que os membros da Comissão Eleitoral reconsiderassem o pedido para que fosse deferida a sua participação no Conselho Municipal de Proteção Ambiental.

III – DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1 – Dos fundamentos da decisão: descumprimento do item 2.2 do Edital 01/2023

Por primeiro, cumpre esclarecer que a Comissão Eleitoral não envia e-mails a nenhuma entidade ou particulares. Apenas recebe e-mails com os documentos e as solicitações e dá confirmação automática de recebimento/leitura de e-mail para que tenha valor de protocolo para a parte Requerente. Sendo assim, qualquer e-mail por ventura recebido pela Recorrente de outra pessoa ou entidade que não tenha sido da Comissão Eleitoral, não tem validade e nem pode ser acatado como justificativa em sede recursal.

Para que a candidatura de entidades representativas do setor público fossem homologadas, se fazia necessário o atendimento no prazo editalício e na íntegra, do item 2 do Edital 01/2023, que é composto dos subitens 2.1 e 2.2, conforme colaciona-se a seguir:

(...)

2 – As entidades representativas do poder público, interessadas em compor o COMPAM, para o mandato relativo ao biênio 2023/2025, deverão:

2.1 Encaminhar por meio eletrônico documento assinado pelo seu responsável legal à Comissão Eleitoral do COMPAM, manifestando oficialmente o interesse em participar do mandato relativo ao período supracitado e já indicando os nomes dos representantes, titular e suplente, da apontada entidade.

2.2 Apresentar também a documentação comprobatória do responsável legal que assina pela entidade, tais como: portaria ou decreto de nomeação ou documento similar. (...) grifo nosso

A referida entidade sequer apresentou quaisquer documentos quando aberto o prazo para inscrições no edital, de 25/04/2023 a 05/05/2023 e portanto, sequer teve sua candidatura avaliada pois INEXISTENTE SUA CANDIDATURA. Tanto que seu nome não consta na publicação oficial da decisão desta Comissão no que tange as candidaturas homologadas e não homologadas.

A referida entidade se insurge em sede recursal para apresentar documentos afim de ter sua candidatura homologada fora do prazo de inscrição previsto no Edital, apresentando documento referente ao atendimento apenas do subitem 2.1 exposto no Edital.

Importa dizer que o Edital é o um ato escrito em que são apresentadas determinações, avisos, citações e demais comunicados de ordem oficial assim como processo eleitoral para composição de Conselhos e concursos públicos.

O Edital é documento vinculante do presente processo eleitoral e portanto, vincula a Comissão Eleitoral e os candidatos às suas cláusulas.

Sendo assim, tendo em vista o Princípio da Vinculação ao Edital, o não atendimento de requisito formal ou não preenchimento das exigências previstas no Edital pela Recorrente, impede que esta Comissão Eleitoral se afaste das normas ali estabelecidas no instrumento convocatório para homologar e classificar como apta a Recorrente em participar do COMPAM.

Portanto, a alegação do Recorrente em face da documentação que deixou de apresentar e apresentando neste momento de sede recursal e de forma ineficiente, não merece prosperar visto que esta não atendeu tempestivamente ao exigido no Edital.

Por conseguinte, não assiste razão a Recorrente em suas alegações.

III – DA DECISÃO

Pelas razões acima expostas, a Comissão Eleitoral instituída, de forma unânime por voto de todos os membros que a compõe, assim DECIDE:

NÃO CONHECER o Recurso interposto pela SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO – SDETI não concedendo-lhe provimento e portanto, resta INDEFERIDO/NÃO HOMOLOGADO a sua inscrição para compor o COMPAM no biênio 2023/2025, por esta Comissão Eleitoral , já que interposto o competente pedido fora do prazo legal.

Desta decisão, caberá recurso a Plenária do COMPAM no prazo estabelecido no Edital 01/2023.

Pelotas/RS, 22 de maio de 2023.

Lilian Brusamarello

Comissão Eleitoral COMPAM 2023/2025

Componentes: OAB/SMHRF/ACP/AEAP

DECISÃO DE RECURSO

Processo Eleitoral COMPAM nº 01/2023

Setor: Entidade representativa setor público

Recorrente: SMED (Secretaria Municipal de Educação e Desporto)

A Comissão Eleitoral instituída para o mandato 2023/2025, responsável pela condução do Edital em epígrafe, aprovado em Plenária de Abril de 2023, conforme Ata de reunião consolidada, tendo em vista o RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela SMED, vem se pronunciar nos seguintes termos:

I – DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

Trata-se de resposta ao Recurso apresentado pela SMED, inconformada com o julgamento das homologações das candidaturas a composição do COMPAM para o biênio 2023/2025, cujo objeto visa reformar a decisão da Comissão Eleitoral que não homologou a candidatura da Recorrente.

Em relação aos pressupostos de admissibilidades, verifica-se que foram preenchidos os requisitos de representatividade e de tempestividade, já que interposto dentro do prazo legal.

II – DAS RAZÕES DO RECURSO

A Recorrente, insurge-se contra a decisão que não homologou sua candidatura pleiteando preencher assento do COMPAM para o biênio 2023/2025, alegando em síntese, que recebeu e-mail datado de 03/05/2023 intitulado “ELEIÇÕES COMPAM”, sem indicar de quem recebeu, solicitando o envio dos nomes de titular e suplente como representantes do Conselho o que enviou na fase de abertura de inscrições e que, no referido e-mail não estava a solicitação de atendimento ao item 2.2 do Edital COMPAM 01/2023 e portanto, deixaram assim, de atender a exigência. Requereu que os membros da Comissão Eleitoral reconsiderassem a decisão atacada, para que fosse deferida a sua participação no Conselho Municipal de Proteção Ambiental.

III – DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1 – Dos fundamentos da decisão: descumprimento do item 2.2 do Edital 01/2023

Por primeiro, cumpre esclarecer que a Comissão Eleitoral não envia e-mails a nenhuma entidade ou particulares. Apenas recebe e-mails com os documentos e as solicitações e

dá confirmação automática de recebimento/leitura de e-mail para que tenha valor de protocolo para a parte Requerente. Sendo assim, qualquer e-mail por ventura recebido pela Recorrente de outra pessoa ou entidade que não tenha sido da Comissão Eleitoral, não tem validade e nem pode ser acatado como justificativa em sede recursal.

Para que a candidatura de entidades representativas do setor público fossem homologadas, se fazia necessário o atendimento no prazo editalício e na íntegra, do item 2 do Edital 01/2023, que é composto dos subitens 2.1 e 2.2, conforme colaciona-se a seguir:

(...)

2 – As entidades representativas do poder público, interessadas em compor o COMPAM, para o mandato relativo ao biênio 2023/2025, deverão:

2.1 Encaminhar por meio eletrônico documento assinado pelo seu responsável legal à Comissão Eleitoral do COMPAM, manifestando oficialmente o interesse em participar do mandato relativo ao período supracitado e já indicando os nomes dos representantes, titular e suplente, da apontada entidade.

2.2 Apresentar também a documentação comprobatória do responsável legal que assina pela entidade, tais como: portaria ou decreto de nomeação ou documento similar. (...) grifo nosso

A referida entidade apenas atendeu o subitem 2.1 no prazo exposto no Edital e se insurge em sede recursal para anexar o documento faltante, disposto no subitem 2.2.

Importa dizer que o Edital é o um ato escrito em que são apresentadas determinações, avisos, citações e demais comunicados de ordem oficial assim como processo eleitoral para composição de Conselhos e concursos públicos.

O Edital é documento vinculante do presente processo eleitoral e portanto, vincula a Comissão Eleitoral e os candidatos às suas cláusulas.

Sendo assim, tendo em vista o Princípio da Vinculação ao Edital, o não atendimento de requisito formal ou não preenchimento das exigências previstas no Edital pela Recorrente, impede que esta Comissão Eleitoral se afaste das normas ali estabelecidas no instrumento convocatório para homologar e classificar como apta a Recorrente em participar do COMPAM.

Portanto, a alegação do Recorrente em face da documentação que deixou de apresentar e apresentando neste momento de sede recursal não merece prosperar visto que esta não atendeu tempestivamente ao exigido no Edital.

Por conseguinte, não assiste razão a Recorrente em suas alegações.

III – DA DECISÃO

Pelas razões acima expostas, a Comissão Eleitoral instituída, de forma unânime por voto de todos os membros que a compõe, assim DECIDE:

NÃO CONHECER o Recurso interposto tempestivamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO – SMED não concedendo-lhe provimento e portanto, resta mantido o INDEFERIMENTO/NÃO HOMOLOGAÇÃO de sua inscrição para compor o COMPAM no biênio 2023/2025, por esta Comissão Eleitoral.

Desta decisão, caberá recurso a Plenária do COMPAM no prazo estabelecido no Edital 01/2023.

Pelotas/RS, 22 de maio de 2023.

Lilian Brusamarello

Comissão Eleitoral COMPAM 2023/2025

Componentes: OAB/SMHRF/ACP/AEAP